

José Lobo Moutinho

Sócio Principal

jlm@servulo.com

Assistente Pessoal: Cidália Gonçalves Monteiro

(+351) 210 933 000

cgm@servulo.com

<https://www.servulo.com>



PERFIL

Na **SÉRVULO** desde 2008, é sócio no departamento de Contencioso e Arbitragem, exercendo com especial incidência em matérias de Penal, Contraordenações e Compliance. Doutor em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2004, e Mestre em Direito, em 1992. Assistente universitário, desde 1987, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde 2004. Co-coordenador científico do Mestrado em Direito e Gestão (2007-2024). Membro do Conselho Científico da C&R - Revista de Concorrência e Regulação, ed. Autoridade da Concorrência/IDEFF - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente do 1º Júri para atribuição do título de especialidade em Direito Criminal, da Ordem dos Advogados (2017). Membro do Júri do IV Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação (2015). Coordenador da Secção de Lisboa do Católica Research Centre for the Future of Law e dos programas de doutoramento na Escola de Direito da mesma Faculdade, entre 2013 e 2014. Diretor Nacional da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde 2022 e Membro do Conselho de Direção, entre 2002 e 2005. Membro e Secretário de Comissões Legislativas, com especial destaque para a de Revisão do Código de Processo Penal (revisão introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de agosto). Investigador no CEA - Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa, entre 1989 e 1994. Consultor residente da sociedade de advogados «Ferreira Pinto & Associados» entre 2004 e 2007. Inscrito na Ordem dos Advogados desde 2004.

EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Litigância penal - tanto do lado da defesa, como do lado da acusação. Especial incidência no crime de colarinho branco (económico-financeiro ou de funcionários), nos crimes fiscais e contra a Segurança Social, nos crimes

contra o património e contra a honra, incluindo processos de grande complexidade e relevância.

Litigância contraordenacional - tanto do lado da defesa, como em representação da Administração. Incluindo processos de grande complexidade e relevância, em especial, na área da grande regulação económica: banca, mercado de valores mobiliários, concorrência, telecomunicações, direito farmacêutico e *media*.

Parecerística em matéria penal e contraordenacional.

Coordenação de auditorias externas.

Elaboração de programas de *compliance*.

Intervenção como árbitro em vários processos.

EXPERTISE

- Ambiente
- Arbitragem
- Banca
- Comércio, Produção e Distribuição
- Compliance
- Contencioso
- Indústria
- Media e Telecomunicações
- Mercado de Capitais
- Penal, Contraordenações e Compliance
- Prevenção do Branqueamento de Capitais (AML)
- Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- Saúde e Indústria Farmacêutica
- Tecnologias da Informação e Outsourcing

ÚLTIMOS RECONHECIMENTOS

Best Lawyers 2026

Arbitration and Mediation - TIER Recommended



Criminal Defense - TIER Recommended

Best Lawyers 2025

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Criminal Defense - TIER Recommended

Litigation - TIER Recommended

Best Lawyers 2024

Litigation - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Criminal Defense - TIER Recommended

Best Lawyers 2023

Litigation - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Criminal Defense - TIER Recommended

Leaders League 2025

Dispute Resolution - White-Collar Crime - TIER Excellent

Leaders League 2024

Dispute Resolution - White-Collar Crime - TIER Excellent

Leaders League 2023

Dispute Resolution - White Collar Crime - TIER Excellent

Chambers Europe 2025

White-Collar Crime - TIER 2

José Lobo Moutinho is well versed in criminal cases, advising a number of private clients from the infrastructure, finance and public sectors on corruption, fraud and misuse of power.

Chambers Europe 2023

Dispute Resolution: Corporate Crime - TIER 2

José Lobo Moutinho has a more profound knowledge of the matters of this area and I use him for the most complex matters.

Legal 500 2025

Data Privacy & Data Protection - TIER Recommended

José Lobo Moutinho is recommended for his contentious experience.

Fraud & White-Collar Crime - TIER Leading Partner

José Lobo Moutinho, lauded for his 'high ethical values' and excellent skills'.

Legal 500 2024

Data Privacy & Data Protection - TIER Recommended

Dispute resolution specialist José Lobo Moutinho.

Fraud & White-Collar Crime - TIER Leading Individual

José Lobo Moutinho - impeccable professional qualities and human approach.

Legal 500 2023

Data Privacy & Data Protection - TIER Recommended

António Lobo Moutinho is often sought after to handle GDPR implementation and compliance for domestic and multinational companies.

Fraud & White-Collar Crime - TIER Leading Individual

José Lobo Moutinho is one of the most reputable lawyers handling these matters, being recognised in the market for his knowledge and experience.

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

2024

Data Protection & Cyber Security Law: Portugal | Legal 500 (2024)

2024 | in Legal 500

2023

Data Protection & Cyber Security Law | Portugal

2023 | in The Legal 500 Country Comparative Guides 2023

2022

Portugal: Data Protection & Cyber Security

18 Mai 2022 | in Legalease Ltd.

2017

Legislador Português. Precisa-se.

2017 | in Forum de Proteção de Dados, n.º 4, julho de 2017, pp. 40-58

2015

Notas sobre o regime sancionatório da Proposta de Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados do Parlamento Europeu e do Conselho

2015 | in Revista Forum de Proteção de Dados, n.º 1, Julho 2015, pp. 18-33.

The International Investigations Review 2015: Portugal

2015 | in The International Investigations Review, 5ª edição (2015), Law Business Research, Londres, pp. 243-253

2014

Lei das Práticas Restritivas do Comércio: Comentário

2014 | Edições Almedina, Coimbra

The International Investigations Review 2014: Portugal

2014 | in The International Investigations Review, 4ª edição (2014), Law Business Research, Londres, pp. 250-259

O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público

2014 | Coimbra Editora, 2.ª Edição

2013

A reformatio in pejus no processo de contra-ordenações

2013 | in Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva, Vol. I, 2013, Universidade Católica Editora, pp. 421-452

The International Investigations Review 2013: Portugal

2013 | in The International Investigations Review, 3ª edição (2013), Law Business Research, Londres, pp. 220-229

2012

The International Investigations Review 2012: Portugal

2012 | in The International Investigations Review, 2ª edição (2012), Law Business Research, Londres, pp. 204-214

2011

A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós-Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional

2011 | in Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, Vol. I, 2011, Universidade Católica Editora, pp. 317-346

2010

Anotações aos artigos 21.º, 27.º e 28.º

2010 | in Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, 2.ª Edição, 2010, Coimbra Editora, pp. 457-467, 633-666

2009

O arguido no processo preparatório, revisitado em 2008

2009 | in Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, 2.ª Edição, 2009, Quartier Latin, pp. 699-717

2008

A competência por conexão no novo Código de Processo Penal

2008 | Universidade Católica Portuguesa

Direito das contra-ordenações

2008 | Universidade Católica Portuguesa

A questão actual do estatuto jurídico do nascituro

2008 | in Verdade, Pessoa Humana e Ordem Político-Jurídica, Direito e Justiça, Vol. especial, 2008, Universidade Católica Editora, pp. 121-132

Direito Processual Penal

2008 | AAFDL

2007

Anotação aos artigos 219.º e 220.º

2007 | in Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III, 2007, Coimbra Editora, pp. 201-246

2005

Uncovering the undercover agent

2005 | in Occasional Papers in Comparative Law, n.º 2, Abril 2005, Roger Williams University, pp. 45-63

Da unidade à pluralidade dos crimes no Direito Penal Português

2005 | Universidade Católica Portuguesa



2000

Arguido e Imputado no Processo Penal Português

2000 | Universidade Católica Portuguesa

1994

La responsabilité pénale des personnes morales et entités assimilées dans le Droit portugais

1994 | in Documentação e Direito Comparado, n.os 57/57, 1994, pp. 231-267

A aplicação da lei penal no tempo segundo o Direito português

1994 | in Revista Direito e Justiça, Vol. VIII - Tomo 2 - 1994, pp. 77-117

1993

Estudo sobre o direito real de habitação periódica

1993 | in Revista Direito e Justiça, Vol. VII - 1993, pp. 407-416 / Vol. VIII - 1994, pp. 295-364

1992

A responsabilidade do sócio em nome colectivo em face do Código das Sociedades Comerciais

1992 | in Revista Direito e Justiça, Vol. VI - 1992, pp. 171-250 / Vol. VII - 1993, pp. 83-137